



CONSEA/AP

DOCUMENTO FINAL DA III CONFERÊNCIA ESTADUAL
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO AMAPÁ – CONSEA/AP

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (Presidente do Consea/AP)
Ilma de Jesus Santos (Sec.Exec. do Consea/AP)
Aldinéia Brazão do Rosário (Consad/AP)
Emilia Coutinho (S D R)
Socorro Lacerda (C P S/ SIMS)
Mary Salles (FOPEMAP)
Walter Paixão (EMBRAPA)

Macapá – Ap, agosto de 2011.

INTRODUÇÃO

O Documento Final apresenta as deliberações da III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amapá – III CESAN, realizada em Macapá na Universidade do Estado do Amapá – UEAP no período de 19 e 20 de agosto de 2011. A III CESAN foi convocada pelo Decreto nº2520 de 25/4/2011 que apresenta a composição da comissão executiva, da sub – comissão de conteúdo e metodologia e da sub – comissão de infra estrutura, comunicação e mobilização.

O evento contou com a participação de 447 participantes entre conselheiros estaduais, autoridades, delegados, comunidades tradicionais,(negros, índios, quilombolas,extrativistas, agricultores familiares), povos de terreiros, sociedade civil organizada e outros.

Para realização das I Conferência Regional de SAN no Estado do Amapá contou-se com o apoio do documento base que mostrou as diretrizes e eixos temáticos para subsidiar as discussões. E para III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional utilizou-se o documento de referência elaborado pelo GT do Consea Nacional, o qual foi fundamental para o enriquecimento das discussões em grupo.

A III CONFERÊNCIA ESTADUAL

Abertura: Os conferencistas, delegados e observadores foram acolhidos pelo musical de Ana Martel – técnica do INCRA e ex-conselheira do Consea/Ap, com veia artística para música cantou duas canções de sua autoria: uma em homenagem aos ribeirinhos e outra que levava o nome Ana, abrilhantando a conferência com o seu filho no violão, dando boas vindas a todos.

O objetivo da III CESAN é construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável e promover a soberania alimentar por meio da implantação da Política e do Sistema de segurança alimentar e nutricional, nas esferas governamental e municipal com a participação da sociedade civil. Com apoio do Consea Nacional e do CAISAN.

DELIBERAÇÕES:

- ✓ Revisão da LOSAN Estadual lei 0997 de 09/06/2006 que foi publicada antes da Losan Nacional 11.346 de 15 de setembro de 2006;
- ✓ Aprovação do regimento e regulamento da III CESAN;
- ✓ Complementação das propostas nos trabalhos em grupo por eixo temático.

A produção de alimentos. No Estado do Amapá de 2003 a 2010 os principais produtos que tiveram uma evolução na produção foram: mandioca, arroz, feijão, a banana, pelo Levantamento sistêmico da produção pelo IBGE. Parte desses produtores são empreendedores que são financiados através do Programa de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF.

No Estado do Amapá a Fundação IBGE analisa na produção sistêmica agropecuária sete culturas (arroz, feijão, mandioca (raiz), milho, banana,

laranja, o abacaxi)através do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias –GCEA/AP.

Outras culturas são produzidas pela agricultura familiar que de 2003 a 2009 eram comercializadas nas feiras do produtor, setenta e dois produtos entre os quais: a farinha de mandioca, que representava em 2005, 26,38% da produção, laranja 7,83%, cheiro verde 5,0%, banana com 4,70%, açaí com 4,16%, couve com 2,18%.

A agricultura familiar responde com boa parte do abastecimento, com a produção ao mercado interno, contribuindo fortemente para garantir a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros: em 2006 os agricultores familiares forneciam 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21 % do trigo, 58% do leite de vaca e cabra, e 59% do plantel de suínos, 50% de aves e 30% dos bovinos.(Dados do IBGE).

O potencial de geração de renda da agricultura familiar se revela no fato de responder por 33% do total das receitas e 38% do valor da produção, mesmo dispondo apenas com cerca de 25% da área total e de ter acesso a 20% do crédito oficial oferecido ao setor(relatório Indicadores de monitoramento, nov/2010.(pág.10).

A III CESAN teve por eixos temáticos, a saber:

- ✓ Eixo 1. Avanços, ameaças e perspectivas para se alcançar o direito humano a alimentação adequada e saudável;
- ✓ Eixo II: O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional
- ✓ Eixo III: A Política e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Eixo 1: Avanços, ameaças e perspectivas para se alcançar o direito humano a alimentação adequada e saudável;

Identificaram-se os problemas da saúde no Estado do Amapá:

- ✓ Obesidade de jovens e adultos
- ✓ Mortalidade infantil
- ✓ Carência de Infra estrutura na saúde
- ✓ Atendimento precário à população
- ✓ Miséria: que é um fenômeno social. Precisamos de alimentação saudável para manter a qualidade de vida.
- ✓

Conquistas:

- ✓ Política para a população negra
- ✓ Garantia do direito humano a alimentação adequada e inclusão na constituição federal de 1988.

Avanços:

- ✓ Imunização das crianças através de campanhas:
Ferro, hipovitaminose A
- ✓ Transferência de renda - bolsa família
- ✓ Renda pra viver melhor

- ✓ Luz para todos
- ✓ Merenda regionalizada
- ✓ Intersetorialidade
- ✓ Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
- ✓ PAA para os quilombolas
- ✓ PNAE municipal

Perspectiva:

- ✓ Fortalecer a agricultura familiar com o apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural -SDR, Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial - IMAP, Agência de Pesca do Amapá - PESCAP;
- ✓ Praticar a intersetorialidade nas três esferas do governo com a participação do CONSEA/Ap;

PROPOSTAS: DHAA

- ✓ Criar obrigatoriamente o conselho municipal;
- ✓ Criar a LOSAN municipal e Fundo municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Criar câmara inter setorial à nível de município;
- ✓ Elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Monitoramento da contrapartida municipal e Estadual do PNAE;
- ✓ Criar e/ou expandir as redes de equipamentos;
- ✓ Monitoramento de preços;
- ✓ Fomento a agroecologia e produção orgânica de alimentos;
- ✓ Capacitação de técnicos em agroecologia da extensão rural;
- ✓ Fortalecimento do sistema de extensão rural;
- ✓ Incentivo a hortas comunitárias escolares;
- ✓ Fortalecimento dos programas de educação alimentar e nutricional nos sistemas públicos;
- ✓ Incentivos as Universidades Públicas em pesquisa e extensão na área de segurança alimentar e nutricional;
- ✓ Rede de educação cidadã.
- ✓ Criar através do Conselho e do Sistema de educação a informação alimentar e nutricional;
- ✓ Incentivo as hortas caseiras;
- ✓ Requisitar maior número de profissionais de nutrição; Confeccionar informativos educacionais de alimentação e nutrição;
- ✓ Vigilância sanitária com equipamentos e estruturar o campo técnico para assegurar a alimentação a mesa;
- ✓ Incluir educação nutricional a grade curricular em escolas; Associações de bairros: mobilizar sua horta comunitária (filtro caseiro);
- ✓ Requisição de parceiros agropecuários e agricultores e comunidades rurais para investimento e financiamento de apoio técnico;

- ✓ Criar cartão agricultor de alimentação saudável;
- ✓ Programa de incentivo, motivação, encorajamento para agricultores produzirem tipo de alimentos;
- ✓ Fortalecer cooperativas, a importância do produtor à população ribeirinha rural e local.

Eixo 2: O plano de Segurança Alimentar e Nutricional

- ✓ Criar o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional onde não tem;
- ✓ Executar as ações do conselho onde já existem(municípios de Serra do Navio e Porto Grande;
- ✓ Curso de informações sobre os projetos;
- ✓ Infra estrutura de ramais e estradas para escoamento da produção nos assentamentos;
- ✓ Acesso do agricultor a assistência técnica;
- ✓ Estrutura de transporte para os órgão que prestam serviços de assistência técnica, pessoal e material;
- ✓

Eixo 3: A política e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Diretrizes:

- ✓ Promover a intersetorialidade entre diversos segmentos ligados a produção e distribuição de alimentos;
- ✓ Monitoramento da situação alimentar e nutricional através de pessoas capacitadas em cada esfera municipal;
- ✓ Criação e implantação do Conselho municipal de segurança alimentar e nutricional;
- ✓ Universalização e equidade no acesso a alimentação adequada como(água, energia elétrica, estradas e ramais de fácil acesso) e legalização de terras);
- ✓ Participação e capacitação social na formulação de Segurança alimentar e nutricional;

O sistema foi regulamentado pelo Decreto nº 7272 de 25 de agosto de 2010 regulamenta a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN.

Macapá-Ap, 24 de agosto de 2011.